

CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES – DEZEMBRO/2024

| Prazo | Obrigação | Disposição Legal |
|------------|---|---|
| Até dia 20 | - Os órgãos públicos que possuem servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, devem recolher o FGTS, calculado sobre as remunerações pagas ou devidas no mês anterior, por meio da Guia do FGTS Digital – GFD. | Artigo 15 e 17-A, da Lei nº 8.036/1990 c/c item 1, alínea "b", inciso I, do artigo 19, da Lei Federal nº 14.438/2022; e inciso I, do artigo 15, da Portaria MTE nº 240/2024. |
| Até dia 20 | - As Prefeituras devem fazer a transferência dos valores equivalentes a 25% das receitas vinculadas à educação referentes ao arrecadado no período de 01 a 10 deste mês. | Inciso I, § 5º, do artigo 69, da Lei Federal nº 9.394/1996. |
| Até dia 20 | - As Prefeituras devem afixar e enviar à Câmara Municipal os balancetes da Receita e da Despesa do mês anterior. | Artigo 49, da Lei Complementar nº101/2000 e L.O.M.. |
| Até dia 20 | - As Prefeituras devem repassar ao Legislativo os recursos financeiros (duodécimo). | Inciso II, do § 2º, do artigo 29-A, e artigo 168, ambos da Constituição Federal. |
| Até dia 20 | - Os órgãos públicos que possuem servidores segurados do Regime Geral de Previdência Social, devem recolher à Previdência Social (INSS) a contribuição patronal e o desconto de contribuição dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço. Igualmente recolher as contribuições (20%), incidentes sobre os valores pagos aos prestadores de serviços sem vínculo empregatício – Contribuintes Individuais (trabalhadores autônomos), e demais pessoas físicas, assim como, o valor retido de (11%), mediante desconto na remuneração a eles paga, relativo ao mês da liquidação do empenho. OBS.: O recolhimento deverá ser realizado por meio do DARF Previdenciário emitido após a transmissão da DCTF Web, pelo o Portal do e-CAC. | Artigo 30, inciso I, letra "b" c/c § 2º; artigo 32, inciso IV, ambos da Lei Federal nº 8.212/1991; artigo 4º, da Lei Federal nº 10.666/2003; artigo 225, inciso IV e §§, do Decreto nº 3.048/1999; inciso III, do artigo 49, da Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022, e inciso IV, do § 1º, do artigo 19, da Instrução Normativa RFB nº 2.005/2021. Manual de Orientação da DCTFWeb - Versão 1.5 - Outubro de 2022. |
| Até dia 20 | - Os órgãos públicos devem recolher ao INSS as retenções relativas à cessão de mão-de-obra ou empreitada de mão-de-obra (11%), das notas fiscais emitidas no mês anterior. OBS.: As Prefeituras, Câmaras, Autarquias Municipais, Fundações Municipais, Entidades de Previdência Municipal, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas Municipais, Consórcios Intermunicipais e Consórcios Públicos (Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005), devem observar a redução do percentual para 3,5%, quando contratarem determinados serviços mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada de mão-de-obra. O recolhimento deverá ser realizado por meio do DARF Previdenciário emitido após a transmissão da DCTF Web, pelo o Portal do e-CAC. | "caput", do artigo 31, da Lei Federal nº 8.212/1991, e inciso III, do artigo 49, da Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022. § 6º, do artigo 7º, da Lei Federal nº12.546/2011. "caput", do artigo 6º, da Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021. Manual de Orientação da DCTFWeb - Versão 1.5 - Outubro de 2022. |
| Até dia 20 | - A Câmara Municipal, as Autarquias, Consórcios e as Fundações instituídas e mantidas pelo Município, devem repassar à Prefeitura o produto da arrecadação do Imposto de Renda Retido sobre trabalho assalariado (folha de pagamento) e sem vínculo empregatício (contribuintes individuais), aluguéis pagos a pessoas físicas, bem como sobre os pagamentos a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil. | Inciso I, do artigo 158 da Constituição Federal c/c alíneas "d" e "e", do inciso I, do artigo 70 c/c artigo 7º, da Lei Federal nº 11.196/2005; artigo 64, da Lei nº 9.430/1996; e artigo 7º, da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012. |
| Até dia 20 | - Os órgãos públicos que possuem servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, deverão pagar a segunda parcela da gratificação de natal (décimo-terceiro salário). OBS.: Somente para os empregados que receberam o adiantamento da primeira parcela até o mês passado. Os demais deverão receber integralmente. | Artigo 1º, da Lei nº 4.090/1962 c/c artigo 1º da Lei nº 4.749/1965. |



| | | |
|-------------------|---|---|
| Até dia 20 | <p>- A Prefeitura deve apresentar à Receita Federal, a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, relativa ao mês de outubro de 2024.</p> <p>OBS.: A DCTF deverá ser elaborada para informar o PASEP transferido à União, como também, as retenções e o recolhimento por meio do DARF, do Imposto de Renda retido sobre honorários de sucumbência.</p> | <p>“Caput”, do artigo 9º c/c artigos 3º, 7º e 14, todos da Instrução Normativa RFB nº 2.005/2021.</p> |
|-------------------|---|---|

GEPAM, 19 de dezembro de 2024.

